



SWINBURNE, Richard. **Deus Existe?** Trad. Agnaldo Cuoco Portugal. Brasília: Academia Monergista, 2015. 192p. ISBN 978-85-6988-501-6.

Elias Gomes da Silva \*

O livro, publicado pela Academia Monergista em 2015, foi escrito pelo filósofo britânico Richard Swinburne. Traduzido e prefaciado pelo professor Agnaldo Cuoco Portugal do Departamento de Filosofia da Universidade de Brasília (UnB), a obra é fruto da iniciativa da Associação Brasileira de Filosofia da Religião (ABFR) em parceria com a Fundação John Templeton (p. 9). Segundo o tradutor, embora *Is There a God?* já havia sido anteriormente traduzido para o português pela editora Gravidia, de Lisboa, esta nova tradução deve ser considerada diferenciada, sobretudo por levar em conta a nova edição inglesa revista de 2010 e não a original de 1996 (p. 9). Do ponto de vista epistemológico, esta nova edição traz duas mudanças substanciais em relação à edição anterior. Primeiro por tentar estabelecer e elaborar uma argumentação supostamente mais “simplificada” (porem não simples) sobre a racionalidade da crença em Deus. Em segundo lugar, por tentar examinar a ideia da possível existência de muitos outros universos e sua relevância na construção de seus argumentos em favor da existência de Deus a partir da chamada sintonia fina do nosso universo. Sobre este aspecto, o próprio

---

Resenha recebida em 14 de setembro de 2016 e aprovada em 03 de março de 2017.

\* Mestre em Ciência de Religião (UMESP). Professor de Filosofia pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEE/SP). País de Origem: Brasil. E-mail: filosofia.elias@hotmail.com

autor vai afirmar que esta edição revisada, além de incluir algumas pesquisas de caráter corretivo, também serve de guia para leituras adicionais (p. 20).

A relevância da justificativa do filósofo britânico em relação ao respectivo tema deve preferencialmente ser pensada, sobretudo na medida em que, embora vivendo em uma sociedade secularizada, a mesma ainda insiste numa curiosidade latente sobre o assunto (p. 9). A prova cabal este fato repousaria no sucesso de vendas de livros como *Deus – um delírio* (2007), de Richard Dawkins ou a procura significativa que despertaram obras como o *Tratado de ateologia* (2.ed. 2014), de Michel Onfray, ou *Deus não é grande* (2007), de Christopher Hitchens. Embora todos estes títulos representem o aquecimento de um mercado editorial crítico à religião e à crença em Deus, não há dúvida que propostas como as de Richard Swinburne servem para garantir um contraponto profundamente dialético (p. 10). Ora, se Marx, Nietzsche e Freud pensavam que a religião desapareceria em um futuro breve, então ao menos é preciso redefinir ou reavaliar o que se entende por “breve” (p. 14). Nesse sentido, até mesma nas sociedades tidas como mais secularizadas se reconhece a necessidade e a urgente demanda de se tentar dar uma resposta aos problemas do terror, geralmente associados ao dogmatismo e à intolerância (p. 15). Dito de outra forma, em uma sociedade pós-moderna, o retorno da religião acontece em duas instâncias: na filosofia, como possibilidade ou impossibilidade de se negar ou afirmar a experiência religiosa e a queda dos grandes discursos contra a religião, provocadas pela superação da metafísica; e de maneira geral, na sociedade, através da chamada “cultura comum”, como parte da própria essência da religião e como busca de fundamento estável pós-metafísico.<sup>1</sup>

O livro foi composto e dividido em sete capítulos e um epílogo (p. 7). Do ponto de vista *metodológico* é possível estabelecer de forma análoga, uma espécie de subdivisão interna, perpassada intrinsecamente entre: *Teologia filosófica* e

---

<sup>1</sup> A complexidade composta na dialética da negação e retorno, afirma Vattimo, é o restabelecimento presente de algo que acreditávamos ter esquecido definitivamente, a reativação de um vestígio adormecido, a reabertura de uma ferida, a reparação de algo que fora removido, a revelação de algo que pensávamos ser uma *Überwindung* (superação, aquisição de veracidade e consequente descarte) ainda é somente uma *Verwindung*, uma longa convalescença que tem de tornar a enfrentar o vestígio indelével de sua doença (VATTIMO, 2000, p. 91).

*Teodiceia*. Nos primeiros três capítulos predomina a tentativa do autor de estabelecer uma espécie de *Teologia filosófica*, isto é, a construção de argumentos racionais em favor da existência de Deus a partir de uma perspectiva teísta. Neste sentido, a temática principal deste primeiro bloco está posta sobre o conceito de Deus, preferencialmente pensano a partir da ideia de simplicidade, bem como dos diversos fatores a ela atrelados (p. 21- 74). Nos quatro últimos capítulos, que constituem a maior parte do livro, Swinburne apresenta a sua *Teodiceia* (p. 75-179). A temática se desenvolve a partir de questionamentos cruciais como: (1) *como a existência de Deus explica o mundo e sua ardem*; (2) *como a existência de Deus explica a existência dos seres humanos*; (3) *por que Deus permite o mal*; (4) *como a existência de Deus explica os milagres à experiência religiosa*. O autor ainda termina o livro apresentando um epílogo e um pequeno guia para leitura adicional (p. 181- 187). Vejamos mais detalhadamente.

No primeiro capítulo, o autor abre o debate defendendo a existência de Deus, entendida a partir de três grandes tradições religiosas: a judaica, a cristã e a islâmica (p. 31). Tal fundamentação teórica ele vai chamar de *Teísmo* (p. 31). Por teísmo entende-se a tentativa de se defender e tentar provar a existência de Deus ou de um ser superior de maneira racional. Do ponto vista institucional, o teísmo não dever ser considerado uma religião no sentido formal do termo, visto que o mesmo não está necessariamente atrelado ao um sistema de normas, ritos ou sacerdócios. A ideia fundamental é a defesa de que a crença em Deus não deve ter somente uma opção subjetiva e injustificada. Para Swinburne, a discussão racional, com toda humildade intelectual, pode ser benéfica para a crença religiosa ao permitir neutralizar alguns de seus piores inimigos com o dogmatismo e a intolerância. No capítulo, o autor defende a existência de Deus cujas representações são postas em seus atributos. Segundo Swinburne, um dos principais deles é sem dúvida a sua personalidade. Ele diz: “O teísmo afirma que Deus é um ser pessoal – ou seja, é uma pessoa” (p. 22).

Ainda neste mesmo capítulo, o autor entende por pessoa um indivíduo que possui poderes básicos, principalmente o poder para agir intencionalmente. Portanto, dentro da cosmovisão teísta Deus é uma pessoa que possuiu uma *ação intencional* (p. 23). Dentro dessa ação intencional ele detém poderes básicos de caráter infinito para realizar qualquer evento ou atividade de maneira direta. Ora, na concepção teísta Deus tem o poder infinito de criar, conservar ou aniquilar qualquer coisa grande ou pequena que ele queira, independentemente de qualquer coisa exterior a si mesmo (p. 24). Assim, diferente do posicionalmente deísta que costuma estabelecer condicionamentos para ação divina, como se o mesmo estivesse supostamente limitado a uma espécie de “lei cósmica” auto-estabelecida, os teístas insistem que Deus pode inclusive fazer com que os planetas se movam do modo como Kepler descobriu ou fazê-los se moverem de modo bem diferente (p. 14). Até mesmo fazer as substâncias químicas explodirem ou não explodirem em condições bem diferentes da que agora conhecemos (p. 24). A partir desses pressupostos. Swinburne vai estabelecendo outros atributos da divindade tais como onipotência, onisciência, vontade livre, eternidade, amor e bondade (p. 25- 39). Todos eles são apresentados tendo o ser humano como referencial analógico. Tal metodologia rendeu ao autor inúmeras críticas, sobretudo dos teólogos cristãos, como ele mesmo bem reconheceu na sua introdução revisada (p. 19-20). Primeiro por ter clarificado a compreensão de Deus inclusive comparando alguns de seus atributos (bondade, amor, perfeição) como sendo parecido (de forma limitada) com os dos homens, enquanto que parte da tradição cristã supõe que Deus seja totalmente incompreensível (p.19).<sup>2</sup> Segundo por defender que Deus seja uma pessoa e não “três pessoas de uma substância” como afirma a doutrina da trindade (p. 19-20).

---

<sup>2</sup> Pesquisas demonstram que o conceito teísta de Deus pode também desencadear problemas em termos lógicos, principalmente na relação entre a onisciência divina e a tese de que os seres humanos são dotados de livre arbítrio. Por exemplo: (1) Se Deus é onisciente, então conhece o futuro; (2) Se Deus conhece o futuro, então Deus sabe o que os seres humanos farão antes destes executarem suas ações; (3) Se Deus sabe o que seres humanos farão antes destes executarem suas ações, então os seres humanos não são livres; (4) Logo, se Deus é onisciente, então os seres humanos não são livres. Todavia, A. C. Portugal (2015) nega que Swinburne tenha caído neste impasse, sobretudo por ter defendido que não faz sentido falar em conhecimento sobre o futuro na onisciência de Deus. Outras soluções podem ser acrescentadas, tais como: ‘compatibilismo’, ‘ockamismo’, ‘molinismo’ (PORTUGAL, 2015, p. 8-10).

No segundo e no terceiro capítulo (Como explicamos as coisas e a simplicidade de Deus), predomina a ideia de estabelecer correlação entre os argumentos apresentados no primeiro capítulo e a chamada criação do mundo. Segundo Swinburne, existem duas maneiras de explicarmos a existência das coisas. Que são: (1) pela causalidade inanimada; (2) pela causalidade intencional (p. 42). Em se tratando da primeira predomina a ideia de “explicações comuns” dos eventos. Tais explicações são preferencialmente fornecidas por ciências como a física, a química, a história, a psicologia, a sociologia, dentre outras (p. 43). As generalizações desses fenômenos devem ser consideradas importantes inclusive sendo catalogadas como leis da natureza, leis naturais ou leis científicas. Entretanto, Swinburne defende que as mesmas são ainda explicações de caráter parcial e não total (p. 47). Assim, após estabelecer diversos pressupostos de maneira análoga e indireta (materialismo e humanismo) o autor passa a defender de forma mais incisiva a ideia de uma explicação completa chamada por ele de causalidade intencional. Por causalidade intencional o teísmo entende e afirma que todo objeto que existe tem como causa da sua existência e se mantém existindo por uma única substância: Deus (p. 70). Nesse sentido, o autor defende a simplicidade de Deus. Ele diz: “Se pudéssemos explicar os muitos pedaços do universo com um único ser simples que os mantém na existência, nós deveríamos fazê-lo – mesmo se inevitavelmente não pudermos explicar a existência daquele ser simples” (p. 76).

No quarto capítulo a discussão está posta neste questionamento: como a existência de Deus explica o mundo e sua ordem? No capítulo, Swinburne estabelece diálogo fecundo com a ciência moderna. Primeiramente ele procura fazer uma espécie de descrição convencional do cosmos baseado nas atuais descobertas (p. 75). Segundo a ciência, nossa galáxia pertence a um conjunto local de galáxias que faz parte de muitos milhares de milhões de outros conjuntos (p. 75). Embora o universo seja grande e uniforme, ele contém muitos “amontoados” locais. Isto é, estrelas e astros são de diferentes tamanhos e planetas como o nosso são distintos de vários modos – como exemplo disto é só pensar nas inúmeras variedades de tamanhos e formas das pedras na beira do mar (p. 76). Contudo.

diante deste enorme número de coisas, temos uma espécie de conjunto de leis de caráter universal que governa todas as coisas. As mesmas leis da natureza governariam as mais distantes galáxias que podemos observar. Segundo Swinburne a prova cabal disto pode perfeitamente ser encontrada nas fantásticas descobertas de Isaque Newton (p. 77). A partir desses pressupostos, o autor faz alusão à hipótese do teísmo simples de que existe de fato um ser supremo (Deus) que cria, organiza e governa todas as coisas. Chega a citar a quinta via de Tomás de Aquino para provar a existência de Deus (p. 83). Para Aquino, os comportamentos ordenados dos corpos materiais tendem a se mover na direção de um fim (p. 83). Porém, buscando fugir do materialismo de Darwin popularizado nas obras de Richard Dawkins, sobretudo em *O relojoeiro cego* de 1986, nosso autor advoga a ideia de que existe também uma ordem distinta da geral chamada por ele de “a maravilhosa ordem dos corpos animais e humanos” (p. 84).

Dando continuidade a seus questionamentos, no quinto capítulo o autor pergunta: como a existência de Deus explica a existência de seres humanos? Estabelecendo relação com os argumentos desenvolvidos no capítulo anterior, afirma que, embora haja uma lei comum que regulamenta os corpos celestes, os demais objetos e o próprio ser humano, este possui algo que o torna diferente dos demais seres. Isto é, o ser humano tem alma. Ele diz: “os seres humanos são mais que seus corpos. Eles têm pensamentos e sentimento e átomos não os têm” (p. 101). Proporcionalmente, é necessário estabelecer a diferença entre substâncias materiais e imateriais, entre poder físico e poder mental (p. 103). Ora, eventos mentais são aqueles que apenas uma pessoa tem. Trata-se de um modo especial de descobrir e entender o mundo, algo que somente os seres humanos desfrutam e possuem. Diferentemente das coisas inanimadas, os seres humanos têm propriedades mentais; eles têm uma vida mental. Existe mais nos seres humanos que apenas ter uma vida mental conectada a um corpo (p. 105). Para Swinburne esta vida mental é o estado de uma substância imaterial, chamada por ele de alma. Para os teístas, é de fato o criador quem sustenta os atributos mentais do homem (p. 128).

No sexto capítulo (por que Deus permite o mal), temos uma teodiceia. Nesse tópico, o autor não estabeleceu modificações significativas em relação aos argumentos de Agostinho (1995, p. 154) ou G. Leibniz.<sup>3</sup> Para o nosso autor o problema do mal não está em Deus, mas no livre arbítrio do homem (p. 133). Dado que temos livre arbítrio, nós certamente temos escolhas livres e reponsabilidade (p. 133). Os seres humanos são feitos de tal maneira que eles podem formar seu caráter. Dentro desta estrutura argumentativa, a teodiceia de Swinburne distingue entre o mal moral e o mal natural (p. 143). O primeiro está associado à responsabilidade humana, ou seja, ao livre arbítrio. Já o chamado mal natural, este não dever explicado do mesmo modo que o mal moral. Seu principal papel é o de tornar possível aos seres humanos ter um tipo de escolha que o enaltece e lhe oferece caminho alternativo (p. 143). É como se Deus estabelecesse uma espécie de “ambiente pedagógico” ao homem. Assim, as leis naturais funcionariam como dispositivos capazes de gerar consciência no homem, principalmente diante de seus próprios erros morais. Os maiores exemplos desses dispositivos podem ser demonstrados no aparecimento de doenças terminais e catástrofes naturais. Outro modo pelo qual o mal natural funciona para dar os homens sua liberdade é que ele tornaria possíveis certos tipos de ação na direção do bem (p. 144).

Por fim, o último capítulo aborda a questão dos milagres e da experiência religiosa. Do ponto de vista teísta, os milagres e a vida religiosa se colocam a partir da ideia de que Deus criou o universo pelo seu poder e o “ submeteu a si mesmo” em conformidade com as leis naturais (p. 151). Contudo, se Deus existe, seria de se esperar que interagisse com suas criaturas, especialmente com o homem, ocasionalmente de modo mais direto em termos pessoais, ao invés de apenas se comunicar por meio da ordem natural do mundo (p. 151). Sobre este aspecto, Swinburne defende que Deus não poderia intervir na ordem natural muito frequentemente, pois, caso contrário, o ser humano não poderia prever as

---

<sup>3</sup> Leibniz é o considerado o criador e patrono do termo teodiceia escrevendo inclusive um tratado sobre o tema. Neste tratado, dedica-se a responder a duas questões que são de fundamental importância: (1) Como justificar a mal no mundo frente à infinita bondade e onipotência divinas? ; (2) Se Deus é bom e tudo o que existe existe segundo sua vontade, como pode existir o mal no mundo?

consequências de suas ações e, assim, perderíamos o controle sobre o mundo e sobre nós mesmos (p. 152). Dia o autor: “Se Deus respondesse a maioria das preces para um parente se recuperar do câncer então isso não seria mais um problema para o ser humano”(p. 152). Nesse sentido, seria como se Deus estivesse desestimulando a busca e o desenvolvimento da pesquisa e do conhecimento humano. Ora, um milagre sempre será uma espécie de violação ou suspensão de leis naturais, levada a efeito por Deus (p. 153). Todavia, existem diversos registros históricos que demonstram que em algum momento estas mesmas leis naturais foram de fato violadas; e nada impede de acreditar que se tratou de uma intervenção direta de Deus (p. 160). Tal realidade mais uma vez vem demonstrar que os seres humanos precisam de ajuda (p. 161). O autor passa a elencar alguns acontecimentos que comprovariam isso como: (1) o fenômeno da revelação – pois as grandes religiões ocidentais todas afirmam que Deus interveio na história a fim de revelar verdades aos seres humanos (p. 161); (2) a peculiaridade da revelação cristã – sobretudo no sinal de racionalidade no conhecimento do futuro, como por exemplo, as profecias (p. 164); (3) nos diversos tipos de experiências religiosas – pois um criador onipotente e perfeitamente bom vai buscar interagir com suas criaturas (p. 168).

Swinburne termina a sua obra apresentando um epílogo dizendo que reconhece as limitações de seus argumentos inclusive apontando algumas possíveis objeções que poderão ser feitas por seus oponentes (p. 181). Na verdade ele reconhece que “argumentos e contra-argumentos, qualificação e ampliação podem continuar sempre (p. 181). O autor também reconhece que dependendo do aspecto e do enfoque, a discussão pode seguir indefinidamente. Novos experimentos podem sempre serem feitos para testar teorias. Como conclusão ele termina reafirmando que o livro foi um balanço significativo da grande probabilidade de que Deus de fato existe e pode ser pensando racionalmente (p. 182-183).

## REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, S. **O livre Arbítrio**. São Paulo: Paulus, 1995.

LEIBNIZ, G.W. **Ensaio de Teodicéia sobre a bondade de Deus, a liberdade do homem e o origem do mal**. Estação Liberdade, São Paulo, 2013.

PORTUGAL, A. C. Existência de Deus. In: BRANQUINHO, J.; SANTOS, R. S. (Org.). **Compêndio em Linha de Problemas de Filosofia Analítica**. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2015, p. 1-30.

PORTUGAL, A. C. Filosofia Analítica da Religião como Pensamento Pós-"Pós-Metafísico". **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 8, n. 16, p. 80-98, jan./mar. 2010.

SWINBURNE, R. **A existência de Deus**. Brasília: Academia Monergista, 2015.

VATTIMO, G. O vestígio do vestígio. In: VATTIMO, G.; DERRIDA, J. (orgs.). **A religião: O Seminário de Capri**. São Paulo: Estação Liberdade, 2000.